



EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria é uma publicação eletrônica, mantida pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-UFPR) e possui como missão difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Em consequência dessa missão, o objetivo do periódico é publicar e propagar pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil. A publicação é quadrimestral e cada edição comporta oito artigos científicos inéditos, direcionados a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas.

Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira; Teorias da Contabilidade; Controladoria; Contabilidade Gerencial e Controle Gerencial; Contabilidade e Análise de Custos; Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor; Auditoria e Perícia na área contábil e correlatas; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais; Ensino da Contabilidade; Pesquisa em Contabilidade; e Epistemologia da Ciência Contábil.

Quanto aos artigos, no primeiro trabalho, Régis Barroso Silva, Bruno Goes Pinheiro, Vera Maria Rodrigues Ponte e Sylvia Rejane Magalhães Domingos, em artigo intitulado “Materialidade e *disclosure* das informações sobre propriedades para investimentos”, analisaram a relação entre o *disclosure* e a materialidade nas informações sobre propriedades para investimentos e constataram que existem diferenças estatisticamente significantes entre o *disclosure* nas empresas que adotam os métodos de avaliação pelo custo ou valor justo e, além disso, verificaram que, apesar da exposição do OCPC 07 em 2014, não ocorreu diferença estatística entre os níveis de *disclosure* dos anos analisados. Também, foram encontrados subsídios que apontam para uma associação positiva da materialidade das propriedades para investimento e o nível de *disclosure*.

No segundo texto, Claudinê Jordão de Carvalho, descreveu a estrutura de precificação de opções declaradas nos bloquetes bancários emitidos por firmas não listadas e mensurou o custo de transação efetivo (CET) com o propósito de testar se o setor econômico de atuação do fornecedor influencia ou não o custo efetivo total da inadimplência do contas a pagar. Além de adicionar novos conhecimentos empíricos, os resultados desse estudo podem ser úteis para que dirigentes de empresas e autoridades monetárias regulem a obrigação do cliente em atraso em remunerar o fornecedor quando

estica o prazo original declarado no termo de crédito. O *survey* focou em um banco de dados de 462 fornecedores de firmas de micro, pequeno e médio porte. O resultado é monolítico e aponta para uma taxa média mensal de 8,7%.

Mariana Camilla Coelho Silva Castro, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Jorge Eduardo Scarpin e José Roberto de Souza Francisco, analisaram as similaridades entre os entes em termos de suas características econômicas, sociais e da variabilidade do Índice de *Disclosure* (ID), construído com base na divulgação de informações conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). O ID médio calculado para os entes foi de 76%, sendo um indicativo de que o Brasil necessita evoluir para o atendimento da legislação e a prestação de informações para o controle social. A análise de *clusters* permitiu a divisão dos entes em quatro grupos, sugerindo que estados da mesma região podem apresentar características semelhantes, aproximando-os em relação às suas características econômicas e sociais, bem como em seu ID.

Na sequência, Ana Karoline Ventura, Juliane Pacheco e Suliani Rover, verificaram o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas do segmento elétrico que estão listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Para fins de análises, as empresas foram divididas conforme suas atividades principais: geração; transmissão; distribuição e geração; e transmissão e distribuição. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 43 empresas no período de 2013 a 2016. Os resultados apontaram que os valores contabilizados no intangível são discrepantes, e todas possuíam concessões. Quando à comparabilidade, o índice H para o método de avaliação dos intangíveis foi em torno de 0,50 nos anos analisados, indicando que ao escolher duas empresas aleatoriamente a probabilidade de adotarem o mesmo método é de 50%.

No quinto artigo, Fabrício de Macedo e Lucas Anderson da Silva efetuaram um estudo com o objetivo de conhecer o nível de *disclosure* das empresas brasileiras, argentinas e chilenas de capital aberto em relação ao atendimento dos requisitos de divulgação do pronunciamento técnico CPC 27. De maneira geral, observaram que em nenhum dos três países analisados foi possível obter 100% de aderência em todos os quesitos aplicados. Em relação ao total de quesitos evidenciados, o Chile atingiu o INDCOMB de 83,53%, em 2015, e 82,94%, em 2016, representando superioridade na evidenciação, conforme comparação com o Brasil, que alcançou 78,75% para 2015 e 2016, e a Argentina, que auferiu 80,00% para os mesmos períodos.

Na sequência, Cleyson Marcos, Juliana Constâncio Nascimento, Evandro de Nez e Adriana Kroenke analisaram a relação entre o grau de internacionalização e o desempenho econômico-financeiro

das empresas listadas no Novo Mercado da B3. Os resultados obtidos por meio da correlação de Kendall, entre os dois *rankings*, indicam que não há relação entre o grau de internacionalização com o desempenho econômico-financeiro no período analisado. Ainda assim, constata-se que empresas com maior grau de internacionalização não apresentam, necessariamente, maior desempenho sobre as demais e que, organizações não internacionalizadas ou com baixo grau de internacionalização, tenham desempenho satisfatório ou até maior em relação as outras. Dentre as 3 variáveis que determinaram o grau de internacionalização das empresas, a saber: a proporção de empregados no exterior, receitas de exportação e ativos no exterior, esta última foi a mais significativa nesta pesquisa.

Pedro Henrique Melillo, Wagner Moura Lamounier e Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiros buscaram verificar se empresas brasileiras que recompraram ações entre os períodos de 2011 a 2015, gerenciaram seus números contábeis a menor, no período que antecedeu a utilização da ferramenta de recompra, e ainda, se esse grupo de empresas obteve ganhos anormais posteriores a recompra de ações, fruto da reversão dos *accruals* discricionários (*proxy* de gerenciamento de resultados). Os resultados da pesquisa apontaram que existem evidências de que empresas utilizam o gerenciamento de resultados para reduzir os lucros em momentos pré recompra de ações, no intuito de obter ganhos anormais nos períodos posteriores, sendo esse evidenciado por um maior retorno anormal posterior à recompra, entre empresas que supostamente gerenciaram seus números a menor, anteriormente à recompra, considerando o modelo de *Performance Matching* para detecção de *accruals* discricionários.

Finalmente, no oitavo e último artigo, os autores Mariana da Silveira, Valdirene Gasparetto, Rogério João Lunkes e Darci Schnorrenberger, analisaram o perfil das vagas ofertadas em concursos públicos para o cargo de controlador. O estudo permitiu traçar um perfil das vagas oferecidas para controlador público. Quanto à formação exigida, a que mais se destacou foi Ciências Contábeis, seguida por Administração, Direito e Economia. Os concursos estão concentrados mais na região Centro-Oeste e existe grande variação salarial e carga horária semanal. As funções que apareceram com mais frequência foram controle, controle interno, auditoria, avaliação e consultoria, planejamento, coordenação, elaboração de relatórios e interpretação e relatórios governamentais.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Prof. Dr. Flaviano Costa

Editor